

# A EMERGÊNCIA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS

Luís Mah

Num curto espaço de três décadas a China volta a ser uma das maiores potências económicas globais<sup>1</sup>. Em 2030, e assumindo os valores da paridade de poder de compra (PPC) de 2005, estima-se que passará a ser a primeira economia do mundo responsável por 28 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial<sup>2</sup>. Desde que, em 1979, a China sob a liderança da Deng Xiaoping, decidiu implementar um conjunto de reformas económicas e abrir-se ao investimento e comércio externos, que o crescimento real do PIB alcançou uma média anual de dez por cento. A China é agora, a nível mundial, a líder no setor industrial, a maior exportadora e segunda maior importadora de mercadorias, o segundo maior destino para o investimento direto estrangeiro (IDE), a maior detentora de reservas em moeda estrangeira e a maior credora<sup>3</sup>. Este artigo procurará analisar, primeiro, os fatores por detrás da ascensão económica da China, segundo, o seu impacto na governação económica global e, finalmente, como é que este sucesso trouxe novos desafios domésticos e internacionais.

## A PEGADA ECONÓMICA GLOBAL DA CHINA

O impacto global da reemergência económica da China pode ser analisado segundo quatro grandes áreas: comércio, consumo energético, investimento e ajuda ao desenvolvimento.

Em termos comerciais, em 2011, a China tornou-se a maior produtora mundial de mercadorias<sup>4</sup>. O *Global Manufacturing Competitiveness Index* de 2013 colocou a China como

## RESUMO

Num espaço de três décadas, a China volta a reemergir como uma das maiores potências económicas globais. A China é agora a segunda maior economia do mundo, a maior produtora industrial, a maior exportadora e a segunda maior importadora de mercadorias, o segundo maior destino para o investimento direto estrangeiro (IDE), a maior detentora de reservas em moeda estrangeira e a maior credora do mundo. Este artigo procurará analisar, primeiro, os fatores por detrás da ascensão económica da China, segundo, o seu impacto na governação económica global e, finalmente, como é que este sucesso trouxe novos desafios domésticos e internacionais.

*Palavras-chave:* China, economia, desenvolvimento, governação

## ABSTRACT

### THE RISE OF THE CHINESE DEVELOPMENT MODEL

In a period of three decades, China has reemerged as one of the global economic powers. Today it is the world's second largest economy, leading manufacturer, largest merchandise exporter, second-largest merchandise importer, second-



-largest destination of foreign direct investment (FDI), largest holder of foreign exchange reserves and largest creditor nation. This article will seek to analyse: firstly, the factors behind the economic rise of China; secondly, its impact on global economic governance and; finally, how the success has brought new domestic and international challenges.

*Keywords:* China, Economy, Development; Governance

2004 e 2008, o superavit comercial da China cresceu de 32 mil milhões para 297 mil milhões de dólares, tendo descido fortemente para 158 mil milhões de dólares entre 2009 e 2011, em consequência do abrandamento da economia global. Em 2012, o superavit voltou a crescer para 233 mil milhões de dólares. Em 2009, a China ultrapassou a Alemanha para se tornar a maior exportadora e segunda maior importadora de mercadorias (logo atrás dos Estados Unidos)<sup>6</sup>.

Em 2012, os principais parceiros da China foram: a União Europeia (todos os 27 membros), os Estados Unidos, a Associação de Nações do Sudeste Asiático ou ASEAN (composta pelo Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Myanmar, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname), Japão, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan<sup>7</sup>. De acordo com números oficiais chineses, a China teve os superavits mais altos com Hong Kong (306 mil milhões de dólares), Estados Unidos (224 mil milhões de dólares) e União Europeia a 27 (122 mil milhões de dólares) e os piores défices comerciais com Taiwan (95,4 mil milhões de dólares), Coreia do Sul (79 mil milhões de dólares) e Japão (26,2 mil milhões de dólares)<sup>8</sup>. As principais exportações chinesas incluem maquinaria elétrica, máquinas (incluindo computadores), têxteis e mobiliário enquanto as suas importações são maquinaria elétrica, combustíveis, máquinas e minérios<sup>9</sup>. Para um país que entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC) apenas em 2001, estes números revelam bem o seu rápido sucesso comercial.

Para manter o seu ascendente comercial, o Governo chinês tem procurado seguir uma política ativa de promoção de laços comerciais e de investimento em todo o mundo, em particular com países asiáticos. A China tem atualmente acordos de comércio livre com a ASEAN, Paquistão, Chile, Hong Kong, Macau, Nova Zelândia, Singapura, Peru, Costa Rica e Islândia (o primeiro país europeu a ter este tipo de acordo com a China). Em maio de 2012, a China, Japão e Coreia do Sul começaram as negociações para um acordo de comércio livre na área. E em dezembro de 2012, a China juntou-se aos dez membros da ASEAN, Japão, Coreia do Sul, Índia, Austrália e Nova Zelândia para acordar o início de negociações para a criação de uma Parceria Económica Regional na Ásia Oriental, uma proposta original de Tóquio, e que, se concluída, constituirá o maior bloco comercial livre juntando três mil milhões de pessoas e um PIB conjunto de 17 biliões de dólares<sup>10</sup>.

a nação mais competitiva para os presidentes e líderes de 550 empresas de manufatura sondados pela consultora Deloitte e prevê que se mantenha nessa posição nos próximos cinco anos<sup>5</sup>. Entre 1979 e 2012, as exportações de mercadorias chinesas aumentaram de 14 mil milhões para 2,1 biliões de dólares, enquanto as importações, durante este mesmo período, cresceram de 18 mil milhões para 1,7 biliões de dólares. Entre 1990 e 2012, o crescimento médio anual das exportações e importações chegou aos 18,1 por cento e 17,1 por cento, respetivamente. Entre

Em termos de consumo energético, o acelerado crescimento económico chinês acabou por estimular crescentes necessidades em termos energéticos, como petróleo e carvão, tendo essa procura sido determinante para a definição dos preços energéticos no mercado internacional. De acordo com a Agência para a Informação Energética (EIA), dos Estados Unidos, a China é o maior consumidor de energia a nível global<sup>11</sup>. De tal forma, que o impacto das aquisições por parte das empresas chinesas e o seu investimento em tecnologias de prospeção menos convencionais começam a transformar o setor petrolífero. A Agência Internacional de Energia (AIE) calcula que a China está a caminhar rapidamente para produzir petróleo suficiente fora das suas fronteiras rivalizando desta forma com membros da OPEC, como o Koweit ou os Emirados Árabes Unidos<sup>12</sup>. O Médio Oriente e o continente africano têm sido as regiões mais beneficiadas com esta procura energética por parte da China.

A importância da África Subsariana para a China, como fornecedora de matérias-primas e fontes energéticas, foi realçada quando o novo presidente chinês Xi Jinping escolheu o continente para a sua primeira visita ao exterior<sup>13</sup>. A China é hoje o principal parceiro comercial da África Subsariana, com as trocas comerciais a crescerem de cerca de 10,8

mil milhões de dólares em 2001 para 150,3 mil milhões em 2011. Enquanto a China exporta para o continente equipamento de comunicações, máquinas, produtos eletrónicos e veículos, as suas importações estão

A CHINA É HOJE O PRINCIPAL PARCEIRO  
COMERCIAL DA ÁFRICA SUBSARIANA,  
COM AS TROCAS COMERCIAIS A CRESCEREM DE  
CERCA DE 10,8 MIL MILHÕES DE DÓLARES  
EM 2001 PARA 150,3 MIL MILHÕES EM 2011.

essencialmente concentradas no petróleo (64 por cento), ferro e outros minérios (16 por cento) e cobre (seis por cento). As empresas chinesas, quer estatais, quer privadas, têm vindo a investir fortemente nestes setores em África como forma de diversificar e assegurar o fornecimento ao país destas matérias-primas<sup>14</sup>.

Ao nível do investimento, em 2011 a China era o segundo maior destino de investimento direto estrangeiro, ou IDE, com cerca de 124 mil milhões de dólares, atrás dos Estados Unidos com 226 mil milhões de dólares<sup>15</sup>. Depois das reformas comerciais e de investimento, a entrada de capital estrangeiro começou a crescer rapidamente a partir de 1990. Estes investimentos têm sido apontados como determinantes para o forte aumento da produtividade chinesa e rápido desenvolvimento económico do país. Em 2010 estavam registadas mais de 445 mil empresas com capital estrangeiro na China que empregavam 55,2 milhões de trabalhadores ou 15,9 por cento da população urbana<sup>16</sup>. A importância destas empresas na produção industrial chinesa tem vindo a crescer, de 2,3 por cento em 1990 para 27,1 por cento em 2010 (embora em 2003 tenha chegado aos 35,9 por cento). É ao nível do comércio externo que estas empresas desempenham um papel mais preponderante. Em 2011, representavam cerca de 52,4 por cento das exportações da China e 49,6 por cento das importações, embora abaixo dos seus valores mais altos em 2006 quando atingiram 58,2 por cento para as exportações e 59,7 por cento

para as importações. A principal fonte de IDE para a China em 2012 foi Hong Kong (63,8 por cento do total), seguido do Japão, Singapura, Taiwan e Estados Unidos<sup>17</sup>.

Mas a China, ela própria, tem vindo a prosseguir uma política de investimento no exterior, após uma decisão da liderança chinesa de lançar, a partir de 2000, a estratégia de globalização das empresas chinesas. Esta estratégia também conhecida por «Vai Global» (no inglês *Go Global* ou *Go Out*) destina-se a encorajar as empresas chinesas (principalmente estatais) a investir no exterior. As massivas reservas em moeda estrangeira acumuladas nas últimas décadas têm servido como fonte de financiamento desta estratégia governamental. A China é hoje, de longe, a maior detentora de reservas em moeda estrangeira com 3,4 biliões de dólares no primeiro trimestre de 2013<sup>18</sup>. Tradicionalmente uma percentagem significativa de reservas era investida em ativos relativamente seguros, mas com baixos retornos, como títulos de tesouro norte-americanos.

NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS A CHINA TEM CHAMADO A ATENÇÃO PELA AJUDA CRESCENTE QUE TEM VINDO A CANALIZAR PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. COMO NÃO É MEMBRO DO GRUPO DE DOADORES DA OCDE QUE SEGUEM UM CONJUNTO DE REGRAS PRÓPRIAS DE TRANSPARÊNCIA, A NATUREZA DA AJUDA CHINESA TEM GERADO UM GRANDE DEBATE A NÍVEL INTERNACIONAL.

Mas nos últimos anos, o Governo chinês tem vindo a diversificar a sua carteira de ativos na procura de um retorno financeiro mais alto<sup>19</sup>. Em 2007, Pequim lança oficialmente a Corporação de Investimento da China (CIC), um dos maiores fundos soberanos com 200 mil milhões de dólares disponíveis para investimentos globais. A necessidade de garantir o acesso a fontes energéticas foi também uma das principais razões para esta nova estratégia de globalização das empresas chinesas.

O caso do investimento da empresa estatal chinesa Three Gorges na EDP com a aquisição de uma participação de 21,35 por cento é um dos melhores exemplos<sup>20</sup>. Para além do fundo soberano, o papel das instituições financeiras chinesas na prossecução desta estratégia é particularmente importante. O *Financial Times* declarava que em 2009 e 2010, a China, através do Banco de Desenvolvimento da China (na sigla inglesa, CDB – China Development Bank) e do Banco de Exportações e Importações da China (na sigla inglesa, CEIB – China Export-Import Bank), já tinha ultrapassado o Banco Mundial nos empréstimos a países em desenvolvimento. Os dois bancos tinham acordado empréstimos no valor de 110 mil milhões de dólares contra os 100,3 mil milhões de dólares do Banco Mundial (via Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e Corporação Financeira Internacional)<sup>21</sup>. Finalmente, esta estratégia passa também pelo apoio à criação de campeões nacionais, com as suas próprias marcas, para o mercado global<sup>22</sup>. E a melhor política para se alcançar esse objetivo tem sido o investimento ou compra de empresas estrangeiras para se obter tecnologia, capacidade de gestão e, muitas vezes, marcas reconhecidas internacionalmente<sup>23</sup>. Em consequência desta estratégia, a China é hoje uma das principais investidoras estrangeiras, tendo os seus investimentos no exterior subido de 2,7 mil milhões

de dólares em 2002 para 77,2 mil milhões de dólares em 2012<sup>24</sup>. A Capital, um fundo de *private equity* sediado em Hong Kong, no seu relatório de 2012, afirmava que a Europa foi em 2012, a principal beneficiária de investimentos de empresas chinesas tendo recebido 12,6 mil milhões de dólares, mais do que a Ásia e os Estados Unidos juntos<sup>25</sup>. Finalmente, nos últimos dez anos a China tem chamado a atenção pela ajuda crescente que tem vindo a canalizar para os países em desenvolvimento. Como não é membro do grupo de doadores da OCDE que seguem um conjunto de regras próprias de transparência, a natureza da ajuda chinesa tem gerado um grande debate a nível internacional<sup>26</sup>. De acordo com o primeiro Livro Branco da Ajuda Pública ao Desenvolvimento publicado em 2011, a China tinha, até ao final de 2009, oferecido 40,67 mil milhões de dólares a países estrangeiros. Deste total, 16,85 mil milhões de dólares eram subsídios, 12,14 mil milhões de dólares eram empréstimos sem taxas de juro e 11,67 mil milhões de dólares empréstimos a baixo custo. O continente africano foi o principal destino da cooperação chinesa com 45,7 por cento do total<sup>27</sup>. Os compromissos contemporâneos da China com África datam de 2006 com o primeiro Fórum da Cooperação China-África (FOCAC)<sup>28</sup>. O Fórum foi criado em 2000 como uma plataforma estabelecida pela China e países africanos amigos para a consulta coletiva e diálogo, sendo um mecanismo de cooperação entre países em desenvolvimento. É através do FOCAC que o Governo chinês tem tentado aliar e coordenar as suas políticas externas, ajuda e comércio para com África. Aqui, o papel da China não é apenas liderado pelo Estado, mas também por um rápido e crescente papel do setor privado<sup>29</sup>. Para além dos apoios financeiros, a China tem também perdoado a dívida de países africanos, oferecido assistência técnica, acesso a bolsas e programas de formação, isenção de tarifas alfandegárias, construção de edifícios (como a da recentemente inaugurada sede da União Africana em Adis Abeba, Etiópia) ou oferta de equipamentos<sup>30</sup>.

### **GOVERNAÇÃO ECONÓMICA GLOBAL EM MODO *STAND-BY***

A questão mais imediata em torno da reemergência da China reside precisamente na forma como irá afetar o sistema de governação económica global tal como existe desde que foi criado, no final da II Guerra Mundial, pelos Estados Unidos e os seus aliados europeus. Na base deste sistema estão o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (mais conhecido pela sigla inglesa GATT), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Desde a sua abertura ao exterior em 1979, a China tem vindo a abraçar e a reconhecer a importância destas regras e instituições no seu crescimento e na sua integração na economia mundial<sup>31</sup>.

Mas a verdade é que jogar apenas pelas regras estabelecidas irá tornar-se uma estratégia cada vez menos adequada num mundo cada vez mais interligado e onde se faz sentir progressivamente o impacto da economia chinesa. Por enquanto, ainda não é bem claro como é que a China poderá assumir um papel mais preponderante a nível da governação económica global. Se, por um lado, existem alguns sinais de que a China

está a tentar pressionar para uma reconfiguração das instituições, ideias, regras e normas existentes, por outro, as suas políticas económicas tendem ainda a servir, acima de tudo, os seus interesses.

A China tem clamado pelo estabelecimento de regras mais justas, claras e meritocráticas no funcionamento destas organizações multilaterais e de uma maior abertura para além do pensamento económico mais ortodoxo focalizado no mercado (reconhecendo, por exemplo, o papel importante que o Estado pode desempenhar no crescimento da economia) que tem dominado nas suas propostas de políticas públicas. No FMI e no BM, a seleção dos seus líderes continua a seguir um conjunto de regras informais que privilegiam a escolha apenas de norte-americanos ou europeus. As últimas eleições para ambas as organizações foram elucidativas. Se para o FMI foi escolhida a francesa Christine Lagarde, ao BM foi parar um norte-americano (ainda que de ascendência asiática, neste caso sul-

coreana), Jim Kim. Mas, pela primeira vez, a China declarou publicamente que as escolhas de ambas as lideranças deveriam respeitar a regra do mérito<sup>32</sup>.

Enquanto a China, apesar das suas declarações, tem mantido um perfil mais passivo em relação a estas organizações multilaterais tradicionais, o mesmo já não

EMBORA AS AUTORIDADES CHINESAS TENHAM PROCEDIDO EM 2005 A UMA REFORMA DAS POLÍTICAS DE CÂMBIO DE MODO A REVALORIZAR A MOEDA, A VERDADE É QUE TEVE POUCO EFEITO NA REDUÇÃO DO LARGO E CRESCENTE *SUPERAVIT* COMERCIAL CHINÊS.

se pode dizer quanto ao seu envolvimento na criação de instituições que, embora recentes, poderão vir a ser rivais do FMI e BM e dar-lhe maior espaço de manobra na governação económica global. Na Ásia, a China tem participado ativamente na Iniciativa Chiang Mai, um dos primeiros mecanismos financeiros regionais com recursos de 240 mil milhões de dólares destinados a apoiar os signatários em caso de instabilidade financeira na região (como a especulação cambial) e que poderá eventualmente levar à criação de um Fundo Monetário Asiático (FMA)<sup>33</sup>. Esta ideia tem vindo a ser maturada desde a crise financeira regional de 1998 e é vista como uma forma de a região lidar por si própria com potenciais crises financeiras regionais uma vez que possui grandes quantidades de reservas em moeda estrangeira e não ficar submetida ao FMI. O atual líder da Iniciativa é chinês e um dos seus objetivos tem sido precisamente reduzir o envolvimento financeiro atual que a Iniciativa tem junto do FMI. O anúncio em março de 2013 na cimeira dos BRICS em Durban (África do Sul) de que os cinco membros (China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul) iam começar as negociações para se criar um banco de desenvolvimento para apoiar projetos de infraestruturas é também um sinal de desafio ao BM controlado pelos Estados Unidos e União Europeia<sup>34</sup>.

Por outro lado, alguns dos fatores por detrás da reemergência económica da China como a subvalorização da moeda (*renminbi* ou RMB), ou a opacidade das empresas chinesas começam a levantar questões a nível internacional e a pressionar Pequim a reavaliar as suas estratégias económicas.

Ao nível do comércio, a subvalorização do RMB nos últimos anos tem sido vista como contribuindo para os *superavits* comerciais da China. Embora as autoridades chinesas tenham procedido em 2005 a uma reforma das políticas de câmbio de modo a revalorizar a moeda, a verdade é que teve pouco efeito na redução do largo e crescente *superavit* comercial chinês. Este atraso na modernização das suas políticas de câmbio é visto como danificador da ordem internacional. A liderança chinesa tem aceitado abertamente que a mudança é necessária, mas precisa de mais tempo de modo a não ter um impacto negativo brusco no crescimento da economia, em termos de *output* e criação de emprego. Entretanto, como forma de mitigar os efeitos desta subvalorização do RMB, o Governo chinês tem procurado internacionalizar o RMB. De acordo com Arvind Subramanian e Martin Kessler isso já está a acontecer na Ásia Oriental onde se pode falar de um bloco RMB porque as moedas de sete entre os dez países da região – incluindo a Coreia do Sul, Indonésia, Taiwan, Malásia, Singapura e Tailândia – acompanham a cotação do RMB de forma mais próxima do que a do dólar norte-americano<sup>35</sup>. No entanto, os analistas internacionais não acreditam que tome o lugar do dólar americano como moeda de valor, de reserva e de troca internacional. A não ser que a China proceda à liberalização dos seus mercados de capitais e à flutuação livre da sua moeda.

A nível do investimento, se para o Governo chinês a estratégia de globalização das empresas chinesas (principalmente estatais) é o caminho para torná-las competitivas no mercado internacional e ajudar o país a obter os recursos minerais de que necessita, os Estados Unidos e a Europa começam a ver esta situação como um desafio sério para as empresas exportadoras norte-americanas e europeias. No caso dos Estados Unidos, a atitude tem sido de forte monitorização por parte da Câmara dos Representantes e o último caso envolveu o setor de telecomunicações do país. A Comissão de Inteligência da Câmara dos Representantes norte-americana veio recomendar ao Governo e empresas do país que não recorressem aos serviços das duas principais empresas chinesas de telecomunicações e que têm vindo a aumentar a sua presença a nível mundial: a Huawei e ZTE<sup>36</sup>.

O relatório da Comissão, fruto de uma investigação de um ano, foi claro nas suas recomendações: o Governo norte-americano e em particular aqueles setores que trabalham com sistemas informáticos sensíveis devem excluir qualquer equipamento ou componente com origem na Huawei ou na ZTE e o Comité dos Investimentos Estrangeiros nos Estados Unidos deve bloquear quaisquer aquisições ou fusões lideradas pela Huawei ou pela ZTE devido à ameaça que representam aos interesses de segurança do país<sup>37</sup>. A Huawei, que se tornou na primeira metade deste ano, ultrapassando a sueca Ericsson, a maior empresa mundial no setor das telecomunicações em termos de vendas, já tinha sido proibida pelo Governo australiano de construir uma rede nacional de banda larga no valor de 42 mil milhões de dólares australianos<sup>38</sup>. A justificação: o perigo da espionagem chinesa e do aumento de crimes informáticos com origem na China. É difícil dizer se os receios dos norte-americanos, e australianos, são mais fruto de um

protecionismo comercial ou se a questão é mesmo de segurança nacional. A principal objeção reside na dificuldade em se perceber quem é quem nas duas empresas (privadas e não estatais) pela opacidade das suas organizações e possíveis ligações da sua liderança aos militares chineses<sup>39</sup>.

Por outro lado, na Europa, o atual comissário europeu para o comércio, Karel de Guch, tem vindo a tentar fortalecer os seus poderes para obrigar as empresas a cooperarem em investigações na área do comércio. As suas novas propostas procuram dar resposta à percepção de que as empresas europeias têm vindo a evitar apresentar queixas em Bruxelas contra as práticas comerciais de empresas chinesas na União Europeia por recearem represálias (em forma de perda de acesso ao mercado ou tratamento injusto em termos de regulação) em Pequim<sup>40</sup>.

### **OS DESAFIOS DA GOVERNAÇÃO NACIONAL**

Se a China conseguirá ou não manter a sua economia a crescer de forma sustentável nos próximos tempos irá depender da estratégia da nova liderança que tomou posse em novembro de 2012 durante o 18.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China<sup>41</sup>. Porque, associada a essa estratégia, segundo a *Caixin*, a mais importante revista de negócios chinesa estará, o tempo todo, a palavra reforma, quer se trate de ser económica, social ou política<sup>42</sup>.

As capacidades institucionais e políticas por parte da liderança demoram tempo para serem adquiridas e as responsabilidades para a provisão de bens públicos são pesadas e difíceis de serem exercidas perante enormes, e de difícil resolução, desafios domésticos. Numa iniciativa inédita, e como que a oferecer à futura liderança do país um caminho para a reforma, o BM em conjunto com duas entidades estatais chinesas – Ministério das Finanças e Centro de Investigação do Desenvolvimento do Conselho de Estado – publicaram antes do verão o relatório «China 2030: Construindo Uma Sociedade Moderna, Harmoniosa e Criativa»<sup>43</sup>.

O extenso relatório propõe seis grandes recomendações: (i) repensar o papel do Estado e do setor privado para encorajar uma maior competitividade da economia; (ii) encorajar a inovação e adotar um sistema de inovação aberta com ligações às redes globais de inovação e investigação; (iii) olhar para a economia verde como uma significativa e nova oportunidade de crescimento económico; (iv) promover a igualdade de oportunidades e proteção social para toda a sociedade; (v) fortalecer o sistema fiscal e melhorar a sustentabilidade fiscal; (vi) assegurar a continuação da sua integração nos mercados globais.

Se uma maioria da sociedade chinesa está satisfeita com a sua situação económica, é cada vez maior a preocupação com a corrupção, desigualdades de rendimento, inflação, poluição e perda de valores tradicionais, tal como diz uma recente sondagem do Pew Research Center<sup>44</sup>. Numa economia e sociedade mais complexa, o trabalho da futura liderança para responder a estas ansiedades da população não será fácil. Não só porque o poder central de Pequim está longe de ser o que foi no passado. Mas também porque a legitimidade



da elite política, cultivada através da imagem de uma «boa servidora das massas», está cada vez mais minada pela recente e rápida divulgação nas redes de *media* social de casos de corrupção e enriquecimento dúbio de quem controla a máquina do Estado.

### «CONSENSO DE PEQUIM» VS «CONSENSO DE WASHINGTON»

Agora que o papel da China na economia mundial é cada vez mais importante, um dos seus grandes desafios passa precisamente pela forma como projetar, a nível global, a sua imagem e poder crescente como país capaz de combinar um sistema político autoritário e uma economia onde a mão visível do Estado conduz o mercado. O que ficou conhecido como o modelo chinês de desenvolvimento ou «Consenso de Pequim»<sup>45</sup>. Nos casos europeu e norte-americano, o país está longe de ser bem-visto. No último inquérito da Transatlantic Trends, lançado em setembro de 2012, uma sondagem anual sobre as relações transatlânticas, as res-

postas das opiniões públicas norte-americana e europeia servem de indicadores para a perceção que têm sobre a China<sup>46</sup>. Para 46 por cento dos norte-americanos existem valores comuns com os chineses (contra 45 por cento que discorda). Mas no velho continente, 55 por cento dos europeus acreditam que a China tem valores tão diferentes que é impossível cooperarem entre

si. A França (71 por cento), a Alemanha (63 por cento) e a Suécia (62 por cento) são os países onde se destaca de forma mais clara essa diferença de valores; 47 por cento dos norte-americanos dizem que não existem interesses comuns com os chineses na resolução de problemas internacionais (contra 46 por cento que afirmam haver).

Uma maioria dos europeus (52 por cento contra 39 por cento) considera que a União Europeia e a China estão longe de ter esses interesses comuns. Novamente a França (66 por cento) e a Alemanha (59 por cento) encabeçam a lista. Para 59 por cento dos norte-americanos, a China é uma ameaça económica contra 30 por cento que a vê como uma oportunidade. Os europeus mostraram-se mais divididos: 45 por cento olham para a China como uma ameaça económica contra 42 por cento que a vê como uma oportunidade. Na Europa são os holandeses (58 por cento), suecos (58 por cento) e britânicos (56 por cento) os mais otimistas. Em contraste, os que mais se aproximam da visão norte-americana são a França (65 por cento), Portugal (54 por cento) e Espanha (51 por cento). Finalmente, se 51 por cento dos norte-americanos consideram a China uma ameaça militar, uma maioria europeia discorda (53 por cento). A França e o Reino Unido (ambos com 44 por cento) são os países europeus que mais se preocupam com a China como ameaça militar. É difícil de dizer se estas perceções partem essencialmente de experiências pessoais ou se são fruto da influência dos *media* (tradicionais ou sociais).

AGORA QUE O PAPEL DA CHINA NA ECONOMIA MUNDIAL É CADA VEZ MAIS IMPORTANTE, UM DOS SEUS GRANDES DESAFIOS PASSA PRECISAMENTE PELA FORMA COMO PROJETAR, A NÍVEL GLOBAL, A SUA IMAGEM E PODER CRESCENTE COMO PAÍS CAPAZ DE COMBINAR UM SISTEMA POLÍTICO AUTORITÁRIO E UMA ECONOMIA ONDE A MÃO VISÍVEL DO ESTADO CONDUZ O MERCADO.

Neste contexto, é natural que a China se dedique a refletir sobre estratégias de diplomacia pública destinadas a dar uma imagem positiva do país no exterior. Para Zhou Qingan e Mo Jinwei, a diplomacia pública está no centro das relações internacionais da China para o século XXI<sup>47</sup>. Estes autores apontam três princípios por detrás desta diplomacia pública chinesa. Primeiro, fortalecer relações com países como os Estados Unidos, Rússia e outros países ocidentais para construir uma imagem positiva no sistema político internacional. Segundo, estabilizar as relações com os países vizinhos. E terceiro, reforçar a imagem positiva nos países em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina. A implementação desta diplomacia passa por duas grandes estratégias: expansão do Instituto Confúcio, similar ao British Council ou à Alliance Française, como forma de promover a cultura e língua chinesas e criação de *media* globais chineses. Hoje em dia existem centenas de institutos Confúcio em mais de cem países (incluindo Portugal e Brasil) que mobilizam milhares de professores e voluntários chineses. Mas a aposta mais arriscada está na criação de *media* globais com representações em várias partes do mundo e transmissão em várias línguas<sup>48</sup>. É este o caminho que está a ser trilhado pela Xinhua, a principal agência de notícias estatal, a CCTV ou Televisão Central Chinesa ou a Rádio Internacional da China.

O que a História nos diz é que integrar potências económicas emergentes no sistema de liderança global não é uma tarefa fácil, mas se isso não acontecer no caso da China, tendo em conta o seu percurso contemporâneo, pode-se pôr em causa uma maior participação construtiva chinesa na cooperação económica e política internacional, e agravar os potenciais riscos da sua rápida ascensão económica. **RI**

Data de receção: 20 de março de 2013 | Data de aprovação: 3 de maio de 2013

## NOTAS

<sup>1</sup> De acordo com os dados compilados pelo economista Angus Maddison, até 1820 a China foi a maior economia mundial, responsável por cerca de 32,9 por cento do PIB mundial. Rebeliões, guerras civis e com o Japão, a França e o Reino Unido, governos fracos e ineficazes, desastres naturais e más políticas económicas contribuíram para o declínio do país a partir deste período. Cf. MADDISON, Angus – *Chinese Economic Performance in the Long Run, Second Edition, Revised and Updated, 960-2030 AD*. Development Studies Centre. Paris: OCDE, 2007.

<sup>2</sup> Cf. JOHANSSON, Asa e outros – «Looking to 2060: long term global growth prospects». In *OECD Economic Policy Papers No.03*. Paris: OCDE, novembro de 2012. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.oecd.org/eco/outlook/2060%20policy%20paper%20FINAL.pdf>

<sup>3</sup> Cf. MORRISON, Wayne – «China's economic rise: history, trends, challenges, and

implications for the United States». In *CRS Report RL333534*. Washington, 4 de março de 2013. [Consultado em: 25 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL333534.pdf>

<sup>4</sup> Cf. MARSH, Peter – «China noses ahead as top goods producer». In *Financial Times*, 13 de março de 2011. [Consultado em: 27 de abril, 2013]. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/002fd8f0-4d96-11e0-85e4-00144feab49a.html#axzz2RyA7aKvS>

<sup>5</sup> Cf. Deloitte – *Global Manufacturing Competitiveness Index 2013*. Washington, 16 de novembro de 2012. [Consultado em: 28 de abril de 2012]. Disponível em: [http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Global/Local%20Assets/Documents/Manufacturing/dtt\\_2013%20Global%20Manufacturing%20Competitiveness%20Index\\_11\\_15\\_12.pdf](http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Global/Local%20Assets/Documents/Manufacturing/dtt_2013%20Global%20Manufacturing%20Competitiveness%20Index_11_15_12.pdf).

<sup>6</sup> Cf. MORRISON, Wayne – «China's economic rise: history, trends, challenges, and

implications for the United States», pp. 20-22. No entanto, os números oficiais chineses tendem a diferir significativamente dos números dos seus parceiros comerciais. As diferenças parecem ser largamente resultado da forma como o comércio chinês via Hong Kong é contabilizado pelas autoridades chinesas. Em termos estatísticos, a China considera uma grande percentagem das suas exportações feitas via porto de Hong Kong como exportações para Hong Kong, enquanto muitos países, incluindo os EUA, incluem os produtos exportados via Hong Kong como sendo *made in China*. Esta diferença de tratamento contabilístico entre a China e os seus principais parceiros comerciais levantou nos últimos meses preocupações em relação ao rigor dos números oficiais chineses. Nos últimos três meses, antes do final de fevereiro de 2013, as autoridades alfandegárias chinesas reportaram exportações no valor de 95 mil milhões de dólares destinadas a Hong Kong, embora neste território chinês, mas administrado auto-

nomamente, os números para a importação com origem na China atingiram apenas os 59 mil milhões de dólares, quase toda ela destinada a ser reexportada para outros países. Para analistas, contactados pelo *Financial Times*, os números das autoridades chinesas refletem a entrada de capitais disfarçados de faturas comerciais como forma de se fugir ao controlo de capitais imposto por Pequim. Uma outra interpretação indica que esta diferença estatística resulta do facto de muitos exportadores falsificarem ordens de exportação como forma de obter benefícios fiscais. Uma terceira opinião diz ainda que são os governos locais que estão a pressionar os exportadores a declarar ordens futuras para que possam mostrar «bons números» comerciais por parte das suas jurisdições para agradar à nova liderança em Pequim. Cf. ANDERLINI, Jamil – «China trade data raise accuracy worries». In *Financial Times*, 10 de abril de 2013. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0/c50f3068-a180-11e2-bae1-00144feabdc0.html#axzz2S8guHYIY>.

**7** MORRISON, Wayne – «China's economic rise: history, trends, challenges, and implications for the United States», p. 23.

**8** A razão dos défices comerciais com Taiwan, Coreia do Sul e Japão refletem a consolidação da China como o último passo na cadeia de produção industrial asiática. Nas duas últimas décadas, o processo de produção de um número vasto de produtos manufaturados passou a estar desagregado em termos geográficos. Cada país, consoante a sua vantagem comparativa em termos de manufatura, ficava responsável pela produção de uma parte ou componente do produto. Países como a Coreia do Sul ou o Japão, mais avançados tecnologicamente, especializaram-se em produzir as partes e componentes com maior valor acrescentado enquanto a China, devido à disponibilidade de uma mão de obra barata e numerosa, acabou por se dedicar à parte menos especializada da última fase de produção, a montagem. Em consequência, o valor acrescentado chinês desses produtos tende a ser pequeno, comparado com o valor total do produto quando este é exportado. O melhor exemplo é o do iPhone. Segundo um estudo do Banco Asiático de Desenvolvimento, do custo total de produção de um iPhone, ou seja, 178,96 dólares, apenas 6,50 dólares correspondem à contribuição chinesa via montagem. Cf. XING, Yuqing, e DETERT, Neal – «How the iPhone widens the United States trade deficit with the People's Republic of China». In *ADB Working Paper Series No.257*. Tóquio: Banco Asiático de Desenvolvimento, dezembro de 2010. [Consultado em: 30 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.adbi.org/files/2010.12.14.wp257.iphone.widens.us.trade.deficit.prc.pdf>

**9** Cf. MORRISON, Wayne – «China's economic rise: history, trends, challenges, and implications for the United States», pp. 24-25.

**10** Para acordos de comércio livre da China, cf. MINISTÉRIO DO COMÉRCIO CHINÊS – «China FTA Network». Disponível em: [http://fta.mofcom.gov.cn/english/fta\\_qianshu.html](http://fta.mofcom.gov.cn/english/fta_qianshu.html). Para a Parceria Económica Regional da Ásia Oriental, cf. HIEBERT, Murray, e HANLON, Liam – «ASEAN and partners launch regional comprehensive economic partnership». Washington: Center for Strategic and International Studies, 7 de dezembro de 2012. [Consultado em: 27 de abril de 2013]. Disponível em: <http://csis.org/publication/asean-and-partners-launch-regional-comprehensive-economic-partnership>.

**11** Cf. *U.S. Energy International Administration – «China Country Analysis Brief»*. Washington: Departamento de Energia, 4 de setembro de 2012. [Consultado em: 30 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH>

**12** Cf. MAKAN, Ajay, e HOOK, Leslie – «China's foreign oil output surges». In *Financial Times*, 20 de fevereiro de 2013. [Consultado em: 26 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/60e4474e-7aad-11e2-9c88-00144feabdc0.html#axzz2RzE7oZCg>

**13** Cf. ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT – «China and Africa: a maturing relationship». In *The Economist Intelligence Unit*, 9 de abril de 2013. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: [http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=760356060&Country=China&topic=Economy&subtopic=Forecast&mkt\\_tok=3RkMMJWWf9wsRoiuqrPZKXonjHpfX/70stUaSq38431UfWdcjK PmjriYcERMN0dyvcMRAVFZ15nQIRD7I=](http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=760356060&Country=China&topic=Economy&subtopic=Forecast&mkt_tok=3RkMMJWWf9wsRoiuqrPZKXonjHpfX/70stUaSq38431UfWdcjK PmjriYcERMN0dyvcMRAVFZ15nQIRD7I=)

**14** Cf. GAMACHE, Lauren, HAMMER, Alexander, e JONES, Lin – «China's trade and investment relationship with Africa». In *USITC Executive Briefings on Trade*, abril de 2013. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: [http://www.usitc.gov/publications/332/2013-04\\_China-Africa \[Gama%20Hammer%20Jones\].pdf](http://www.usitc.gov/publications/332/2013-04_China-Africa%20Gama%20Hammer%20Jones.pdf). Para uma análise das empresas chinesas envolvidas no setor energético, cf. SHAMBAUGH, David – *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford: Oxford University Press, 2013. Quem também tem beneficiado desde a abertura do comércio com a China são as *trading houses*, ou operadoras nos negócios de matérias-primas, como a Glencore, Vitol, Cargill ou Mitsubishi – cf. BLAS, Javier – «Tougher times for the trading titans». In *Financial Times*, 15 de abril de 2013. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/250af818-a1c1-11e2-8971-00144feabdc0.html#axzz2RzE7oZCg>

**15** Cf. UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD) – «Global FDI Recovery Details». In *Global Investment Trends Monitor*. N.º 11, Nova Iorque, 23 de janeiro de 2013. [Consultado em: 25 de abril de 2013]. Disponível em: [http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2013d1\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2013d1_en.pdf). Ver também ALON, Ilan – *The Globalisation of Chinese Capital*. East Asia Forum, 10 de setembro de 2012. [Consultado em: 24 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2012/09/10/the-globalisation-of-chinese-capital/>

**16** Cf. MORRISON, Wayne – «China's economic rise: history, trends, challenges, and implications for the United States», p. 13.

**17** *Ibidem*, p. 14.

**18** Cf. RABINOVITCH, Simon – «China's forex reserves reach \$3.4 tn». In *Financial Times*, 11 de abril de 2013.

**19** Cf. MORRISON, Wayne – «China's economic rise: history, Trends, Challenges, and Implications for the United States», p. 17.

**20** Ver «Chineses arriscam-se a fazer maus negócios na expansão internacional». In *Jornal de Negócios*, 29 de dezembro de 2011. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: [http://www.jornaldenegocios.pt/por\\_arranjar/gestaoeneticav2/detalhe/chineses\\_arriscam\\_se\\_a\\_fazer\\_maus\\_negoocutecios\\_na\\_expansatildeo\\_internacional.html](http://www.jornaldenegocios.pt/por_arranjar/gestaoeneticav2/detalhe/chineses_arriscam_se_a_fazer_maus_negoocutecios_na_expansatildeo_internacional.html)

**21** Cf. DYER, Geoff, ANDERLINI, Jamil, e SENDER, Henry – «China's lending hits new heights». In *Financial Times*, 17 de janeiro de 2011. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/488c60f4-2281-11e0-b6a2-00144feab49a.html#axzz2RzE7oZCg>

**22** Cf. SAUVANT, Karl P. – *Chinese Investment: New Kid on the Block Learning the Rule*. East Asia Forum, 28 de agosto de 2012. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2012/08/29/chinese-investment-new-kid-on-the-block-learning-the-rules/>

**23** Para casos mais recentes, cf. RABINOVITCH, Simon, e HOOK, Leslie – «Chinese groups step up M&A push». In *Financial Times*, 10 de dezembro de 2012. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/57ec4fea-42ab-11e2-a3d2-00144feabdc0.html#axzz2RzE7oZCg>

**24** Cf. MORRISON, Wayne – «China's economic rise: history, trends, challenges, and implications for the United States», pp. 18-19.

**25** Cf. «Capital Dragon Index 2012 Full Year». In *A Capital*, Hong Kong, 2013. [Consultado em: 20 de abril de 2013]. Disponível em: [http://www.acapital.hk/dragonindex/A\\_CAPITAL\\_DRAGON\\_INDEX\\_FY\\_2012\\_ENG.pdf](http://www.acapital.hk/dragonindex/A_CAPITAL_DRAGON_INDEX_FY_2012_ENG.pdf).

**26** Para uma análise breve, ver *Emerging Voices: Callan, Blak, and Thomas on China's Foreign Aid and Investment*. Nova York: Council on Foreign Relations, 26 março de 2013. [Consultado em: 27 de abril de 2013]. Disponível em: <http://blogs.cfr.org/development-china-net/2013/03/26/emerging-voices-callan-blak-and-thomas-on-chinas-foreign-aid-and-investment/>. O debate mais recente envolveu um estudo lançado pelo projeto AidData – cf. BRAUTIGAM, Deborah – *Rubbery Numbers on Chinese Aid*. China in Africa: The Real Story [blogue], 30 de abril de 2013. [Consultado em: 30 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.chinaafricairealstory.com/2013/04/rubbery-numbers-on-chinese-aid.html>

**27** Cf. *China's Foreign Aid*. Pequim: Xinhua, 21 de abril de 2011. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/21/c\\_13839683.htm](http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-04/21/c_13839683.htm).

- 28 Cf. DAVIES, Martin, EDINGER, Hannah, TAY, Nastasya, e NAIDU, Sanusha – *How China Delivers Development Assistance to Africa*. Stellenbosch: Centre for Chinese Studies/University of Stellenbosch/DFID, fevereiro de 2008. [Consultado em: 30 de abril de 2013]. Disponível em: [http://www.ccs.org.za/downloads/DFID\\_FA\\_Final.pdf](http://www.ccs.org.za/downloads/DFID_FA_Final.pdf)
- 29 Cf. SHEN, Xiaofang – «How the private sector is changing Chinese investment in Africa». In *Columbia FDI Perspectives No. 93*. Nova York: Vale Columbia Center on Sustainable International Investment, 15 de abril de 2013. [Consultado em: 24 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.vcc.columbia.edu/content/how-private-sector-changing-chinese-investment-africa>
- 30 Cf. FREITAS, Raquel, e MAH, Luís – «European responses to Asia's enhanced role as an aid donor». In *CIES e-Working Paper N°132/2012*. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: [http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES\\_WP\\_132\\_\\_Freitas\\_e\\_Mah.pdf](http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP_132__Freitas_e_Mah.pdf)
- 31 Cf. DRYSDALE, Peter – *China's Role in Running the World Economy*. East Asia Forum, 14 de fevereiro de 2011. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2011/02/14/chinas-role-in-running-the-world-economy/>. Ver também DOBSON, Wendy – *China and Global Economic Governance: History Matters*. East Asia Forum, 13 de fevereiro de 2011. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2011/02/13/china-and-global-economic-governance-history-matters/>
- 32 Cf. *China Says IMF Leadership Selection Should Be Based on Merit*. In Reuters, 17 de maio de 2011. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2011/05/17/us-strauss-skahn-china-idUSTRE74G1EU20110517>. Ver também, RABINOVITCH, Simon – «China wants says in World Bank choice». In *Financial Times*, 16 de fevereiro de 2012. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.ft.com/cms/s/0/805a0ce2-58af-11e1-b9c6-00144feabd0c.html#axzz2S2KfJG2>
- 33 Cf. RATHUS, Joel – *Chiang Mai Initiative: China Takes the Leader's Seat*. East Asia Forum, 30 de junho de 2011. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2011/06/30/chiang-mai-initiative-china-takes-the-leader-s-seat/>
- 34 Ver SMITH, David – «Brics eye infrastructure funding through new development bank». In *The Guardian*, 28 de março de 2013. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/global-development/2013/mar/28/brics-countries-infrastructure-spending-development-bank>. Sobre este banco, cf. GALAN, Enrique – «O Banco BRICS: um relações públicas brasileiro, um diretor operacional chinês, um diretor financeiro sul-africano, um diretor informático indiano e um diretor de recursos humanos russo». O Retorno da Ásia [blogue], 15 de março de 2013. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: <http://oretornodaasia.wordpress.com/2013/03/15/o-banco-brics-um-relacoes-publicas-brasileiro-um-diretor-operacional-chines-um-diretor-financeiro-sul-africano-um-diretor-informatico-indiano-e-um-diretor-de-recursos-humanos-russo/>. Ver também SUN Yun – *BRICS and China's Aspiration for the New «International Order»*. Washington: Brookings Institution, 25 de março de 2013. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.brookings.edu/blogs/up-front/posts/2013/03/25-xi-jin-ping-china-brics-sun>
- 35 Cf. SUBRAMANIAN, Arvind, e KESSLER, Martin – «The Renminbi Bloc is here: Asia down, rest of the world to go?». In *Working Paper Series WP 12-19*. Washington: Peterson Institute for International Economics, outubro de 2012. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/wp/wp12-19.pdf>. No continente africano, a emergência do RMB começa também a ser vista como a oportunidade para o continente, uma vez que a China é já o seu maior parceiro comercial – cf. FREEMANTLE, Simon, e STEVENS, Jeremy – *BRIC-Africa: The Redback's Rise-an Opportunity for Africa*. Africa Macro Insight & Strategy. Standard Bank, 29 de agosto de 2011. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: [http://113.28.55.154/artyp/uploads/soft/110912/1\\_1740274361.pdf](http://113.28.55.154/artyp/uploads/soft/110912/1_1740274361.pdf)
- 36 Cf. PAULA, Hugo – «Washington acusa Huawei e ZTE de ameaçarem segurança dos EUA». In *Jornal de Negócios*, 9 de outubro de 2012. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: [http://www.jornalde-negocios.pt/empresas/detalhe/washington\\_acusa\\_huawei\\_e\\_zte\\_de\\_ameaccedilarem\\_seguranccedila\\_dos\\_eua.html](http://www.jornalde-negocios.pt/empresas/detalhe/washington_acusa_huawei_e_zte_de_ameaccedilarem_seguranccedila_dos_eua.html)
- 37 Cf. ROGERS, Mike, e RUPPERSBERGER, Dutch – *Investigative Report on the U.S. National Security Issues Posed by Chinese Telecommunications Companies Huawei and ZTE*. Washington: US House of Representatives, 112<sup>th</sup> Congress, 8 de outubro de 2012. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: <http://intelligence.house.gov/sites/intelligence.house.gov/files/documents/Huawei-ZTE%20Investigative%20Report%20FINAL%29.pdf>
- 38 Cf. YUEYANG, Maggie Lu – «Australia Bars Huawei from broadband project». In *New York Times*, 26 de março de 2012. [Consultado em: 28 de abril de 2013]. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2012/03/27/technology/australia-bars-huawei-from-broadband-project.html?\\_r=1&](http://www.nytimes.com/2012/03/27/technology/australia-bars-huawei-from-broadband-project.html?_r=1&)
- 39 Sobre esta questão da opacidade, cf. RABINOVITCH, Simon, e DAVIES, Paul J. – «Audit action threatens China groups' US listings». In *Financial Times*, 5 de dezembro de 2012.
- 40 Cf. CHAFFIN, Joshua – «Brussels looks for beefed up trade power to counter China». In *Financial Times*, 11 de abril de 2013.
- 41 Cf. ANDERLINI, Jamil – «The thin red line». In *Financial Times*, 15 de novembro de 2012. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/1493a724-2f10-11e2-b88b-00144feabd0c.html#axzz2S453TOHY>
- 42 Cf. CAIXIN EDITORIAL – «Deng Xiaoping and the date for reform». In *Caixin*, 31 de outubro de 2012. [Consultado em: 30 de abril de 2013]. Disponível em: <http://english.caixin.com/2012-10-31/100454595.html>. Mas a cautela parece continuar a comandar a nova liderança chinesa – cf. RABINOVITCH, Simon – «New leaders dent hopes for reform». In *Financial Times*, 15 de novembro de 2012. [Consultado em: 30 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/b31db0da-2ec3-11e2-8bb3-00144feabd0c.html#axzz2S453TOHY>
- 43 Cf. *China 2030: Building a Modern, Harmonious and Creative Society*. Washington: The World Bank, 2013. [Consultado em: 30 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/China-2030-complete.pdf>
- 44 Cf. *Growing Concerns in China about Inequality, Corruption*, Pew Research Global Attitudes Project, 16 de outubro de 2012. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2012/10/16/growing-concerns-in-china-about-inequality-corruption/>
- 45 Sobre o «Consenso de Pequim», cf. HALPER, Stefan – *The Beijing Consensus: How China's authoritarian model will dominate the twenty-first century*. Nova York: Basic Books, 2010. Ver também KURLANTZICK, Joshua – «Why the "China Model" isn't going away». In *The Atlantic Monthly*, 21 de março de 2013. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/china/archive/2013/03/why-the-china-model-isnt-going-away/274237/>
- 46 Cf. *Transatlantic Trends 2012*. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://trends.gmfus.org/transatlantic-trends/>
- 47 Cf. QINGAN, Zhou, e JINWEI, Mo – «How 21st-Century China sees public diplomacy as a path to soft power». In *Global Asia*. Vol. 7, N.º 3, 2012. Disponível em: [http://www.globalasia.org/V7N3\\_Fall\\_2012/Zhou\\_Qingan\\_and\\_Mo\\_Jinwei.html](http://www.globalasia.org/V7N3_Fall_2012/Zhou_Qingan_and_Mo_Jinwei.html)
- 48 Para o caso norte-americano cf. PASTERNAK, Alex – «Coming to America». In *Foreign Policy*, 1 de novembro de 2012. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/11/1/coming\\_to\\_america\\_ccvt](http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/11/1/coming_to_america_ccvt). Para o caso africano, cf. WU Yu-Shan – «The rise of China's state-led media dynasty in Africa». Occasional Paper n.º 117, In *China in Africa Project*, South African Institute of International Affairs, junho de 2012. [Consultado em: 29 de abril de 2013]. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?lng=en&id=146130>